



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

AGUIAR, GABRIEL DELLER DE; CAMARGO, MONICA JUNQUEIRA DE
A Secretaria da Agricultura no Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963)

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 32, e4, 2024

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672024v32e4>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27377667004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A Secretaria da Agricultura no Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963)

The Secretary of Agriculture in the Action Plan of the São Paulo State Government (1959-1963)

GABRIEL DELLER DE AGUIAR

<https://orcid.org/0000-0002-9146-2694>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

MONICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

<https://orcid.org/0000-0002-7341-6352>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

AGUIAR, Gabriel Deller de; CAMARGO, Mônica Junqueira de. A Secretaria da Agricultura no Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 32, p. 1-23, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672024v32e4>

RESUMO: Logo após assumir o Governo do Estado de São Paulo em 1959, Carlos Alberto de Carvalho Pinto começa a delinear o que seria uma das mais emblemáticas experiências de planejamento no Brasil, o Plano de Ação do Estado de São Paulo. Ao lado dos investimentos setoriais em justiça, educação e saúde, que viabilizaram obras paradigmáticas da arquitetura paulista, a Secretaria da Agricultura atuou durante essa experiência de planejamento com a proposição de um programa específico para o setor agrícola, o que rendeu um importante acervo documental de mais de 450 obras, que compõem redes infraestruturais para o avanço produtivo. Esse acervo inédito lança luz sobre a trajetória de personagens desconhecidos pela historiografia e atuantes nos quadros técnicos do Estado, além de contribuir para ampliar o debate sobre os horizontes do desenho moderno, apresentando arquiteturas de viéses pragmático e econômico, bem como de caráter certamente pioneiro, ao marcar uma fase de inflexão na arquitetura pública promovida pelo estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura moderna. Carvalho Pinto. Infraestrutura. Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. Secretaria da Agricultura.

ABSTRACT: Right after assuming the Government of the State of São Paulo in 1959, Carlos Alberto de Carvalho Pinto began to outline what would be one of the most emblematic planning experiences in Brazil, the Action Plan of the State of São Paulo. Alongside the investments in justice, education and health, which made possible some paradigmatic works of São Paulo's architecture, the Secretary of Agriculture acted during this planning experience by proposing a specific program for the agricultural sector, which culminated in an important collection of more than 450 works, that comprise infrastructural networks for the productive advancement. This unpublished collection sheds light on the trajectory of characters acting in the State's technical framework that were unknown by historiography, in addition to contributing to expand the debate on the horizons of modern design, presenting architectures with a pragmatic and economic bias, as well as of a certainly pioneering character, by marking an inflection phase in the public architecture promoted by the State of São Paulo.

KEYWORDS: Modern architecture. Carvalho Pinto. Infrastructure. Action Plan of the São Paulo State Government. São Paulo. Secretary of Agriculture.

INTRODUÇÃO

1. Cf. Bernardini (2007).

O levantamento e a análise da produção da Secretaria da Agricultura durante o Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (Page) complementam as poucas leituras existentes sobre essa ampla produção a partir da atuação de um agente historicamente importante na conformação do território paulista, além de revelarem um conjunto inédito de obras projetadas e construídas pelo órgão entre 1959 e 1963.

A relação dialética entre arquitetura e projetos políticos tem no Page um rico campo de investigação. Se, por um lado, a quantidade expressiva de obras projetadas e construídas, de modo planejado e sistemático, durante um período curto de tempo, e com vistas a atingir objetivos previamente delimitados a partir de levantamentos sociais e econômicos precisos, configurou uma verdadeira infraestruturação do território paulista e deu continuidade a uma atuação histórica da Secretaria da Agricultura, por outro, os desenhos promovidos transitaram entre variações ecléticas, neocoloniais e neoclássicas, assumindo a linguagem moderna a partir do Page.

A pesquisa em acervos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa e do Instituto Agrônomo de Campinas, somada à investigação de fontes primárias, como as mensagens anuais à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, publicadas entre 1959 e 1963, constituíram as bases para a sistematização de 450 obras que compõem um importante cenário da urbanização paulista, da história da arquitetura moderna e da atuação estatal por meio da infraestruturação do território promovida pela Secretaria da Agricultura.

Depois de uma breve retomada da trajetória desse órgão, desde sua formação em 1892, este texto apresentará a atividade de planejamento levada a cabo pelo governador Carvalho Pinto e fará uma análise do programa traçado para a agricultura paulista, relacionando os projetos políticos às intervenções físicas, e fazendo uma leitura detalhada de obras exemplares.

A SECRETARIA DA AGRICULTURA

A formação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1892-1927) está ligada à Proclamação da República, aos ideais positivistas que a embasaram e o impulso à expansão cafeeira. Em fins do século XIX, decidiu-se por enfeixar todos os fatores fundamentais à expansão da produção numa única instituição, que adquiriu feições de “supersecretaria” e atuou sistematicamente abrindo frentes para o desenvolvimento econômico e estabelecendo a gênese de uma atuação planejada do Estado sobre o território.¹ Dentre as atribuições desse

2. Cf. Martins (1991).

3. Reis Filho (2010, p. 93).

4. Cf. Martins, *op. cit.*

órgão estavam assuntos ligados à pecuária, ao comércio, à agricultura, aos serviços e às obras públicas em geral, além de transportes, comunicações, indústria, imigração e política de terras.²

Igrejas, parques, sedes administrativas, teatros, estações, penitenciárias, hospitais, escolas e postos zootécnicos, construídos pela Secretaria da Agricultura, por meio da Diretoria de Obras Públicas (DOP), durante o Estado republicano, são construções desenhadas para suprir uma demanda do território em formação, afirmar São Paulo como uma metrópole cosmopolita e manifestar a presença do poder estatal, como aponta Reis Filho: “com o Regime Republicano, surge a preocupação de valorização da imagem do Poder Público [...]. Essa valorização se realizou com a construção de edifícios e espaços públicos de forte conotação simbólica”³. Bastante representativos são os edifícios para as Secretarias da Agricultura, do Interior e da Justiça, projetados junto ao Pátio do Colégio, e que, destituídos de um caráter fundamentalmente utilitário, elevam a monumentalidade e a afirmação de suas instituições ao status de programa, fazendo uso do repertório da arquitetura acadêmica. Por outro lado, em edifícios de serviços também são utilizados elementos decorativos e cuidadoso tratamento arquitetônico, o que os destaca na paisagem, como na Escola Agrícola de Piracicaba, inaugurada em 1908. Em todo caso, são projetos concebidos segundo as regras clássicas de composição, como sinônimos de ordem, de progresso, de riqueza e de civilidade, de um Estado e de uma elite desejosos de romper de vez com as marcas coloniais e mascarar tensões.

Em 1927, quando irrompem crises econômicas e políticas, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas é desmembrada em Secretaria de Viação e Obras Públicas e Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Esta última, agora livre das incumbências relacionadas às estradas de ferro, à comunicação, ao transporte e às obras públicas, concentrava-se nos problemas da expansão agrícola e industrial. Afastada a secretaria da DOP, as obras rurais ganharam especificidade ao serem realizadas por um órgão dessa secretaria, a Seção de Engenharia Rural, que em 1939 passou a ser a Divisão de Engenharia Rural (DER).

O Estado Novo impõe uma nova estratégia de atuação. O plano de modernidade e desenvolvimento nacionalista se materializava nos investimentos em fomento, mecanização e qualificação da mão de obra agrícola, com vistas à formação de um novo trabalhador brasileiro, garantindo, com as mais modernas práticas, condições mínimas de bem-estar e engajamento. É iniciada a construção de uma rede de casas da lavoura no interior, para assistência aos produtores, são construídas seis Escolas Práticas da Agricultura, para formação do trabalhador rural, além de campos de demonstração, estações experimentais, postos de sementes e um instituto biológico, para desenvolvimento da técnica agrícola.⁴

As principais edificações agrícolas desse período foram concebidas segundo a linguagem neocolonial, o que é sintomático de uma nova orientação do Estado: a construção de uma tradição e a organização do futuro. Como afirma Al Assal:

essa orientação disciplinadora para a “formação integral” do trabalhador rural é, assim, marcante na concepção arquitetônico-espacial do conjunto de edificações que compõe os projetos das Escolas Práticas de Agricultura, presente tanto na implantação e disposição geral das edificações e vias de acesso que procuram impor ordem, monumentalidade e eficiência produtiva ao espaço, quanto nas composições neocoloniais que compõem cada um dos projetos. O estilo neocolonial adotado integraria também a proposta educativa das escolas, ao acostumar o trabalhador, ou educar seu gosto, a uma estética de caráter nacional.⁵

Se num primeiro momento da existência da Secretaria da Agricultura a arquitetura historicista integrava-se à ideologia cosmopolita do Estado paulista, a arquitetura neocolonial, que ganhava adeptos no Brasil desde a Primeira Guerra Mundial, passou a integrar a política nacionalista como um instrumento de representação e cooperação.

As variações dos estilos eclético, neocolonial e neoclássico, além de alguns projetos de caráter racionalista, permaneceram de maneira hegemônica nos edifícios públicos produzidos tanto pela Diretoria de Obras Públicas (DOP) quanto pela Secretaria da Agricultura até fins da década de 1950, bem como uma arquitetura convencional, sem pretensões estéticas.⁶

Uma mostra da variedade dessa produção foi publicada na *Revista Acrópole* 73, de maio de 1944, com as principais obras em realização pelos escritórios técnicos do estado de São Paulo naquele momento. Pela DER foram destacadas a Escola Prática da Agricultura de Pirassununga, obras para o Parque da Água Branca, na capital, e para a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, em Piracicaba. Em contrapartida, o texto veiculado nessa mesma edição, do engenheiro-arquiteto Léo Ribeiro Martins, expõe o debate daquele momento. Ao mesmo tempo que repercute o impacto positivo no exterior, do livro *Brazil Builds*, de Phillip Goodwin, exaltando a arquitetura moderna brasileira como a verdadeira arquitetura nacional e defendendo a contratação de projetos por meio de concursos, o autor lamenta a “insípida” arquitetura produzida pelo estado de São Paulo, em contraposição à “segura e bem orientada” arquitetura moderna produzida pelo Governo Federal, majoritariamente localizada no Rio de Janeiro:

é lamentável que continuemos aqui em S. Paulo a perder excelentes oportunidades de fazer arquitetura envés desses insípidos neoclássicos, coloniais e pseudo-modernos que têm sido feitos por aqui.⁷

5. Al Assal (2009, p. 77).

6. Cf. Buzzar e Cordido (2020).

7. Relato verbal do arquiteto Bernardo José Castelo Branco, em entrevista concedida a pesquisadora Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido, em 2013

8. Bresser-Pereira (2010, p. 24).

9. Cf. Martins, *op. cit.*

Essa arquitetura moderna, que se consolidava em outros âmbitos do poder público e da produção privada, ganhou maior visibilidade como arquitetura oficial do estado de São Paulo a partir de um plano político.

O PAGE E OS DESENHOS MODERNOS

No contexto nacional, em meados do século XX, a ideia de industrialização como projeto nacional se consolidava, e a de planejamento, como instrumento redentor para tal, era incorporada em torno das ideias veiculadas pela Comissão Econômica da América Latina (Cepal), que estabelecia, como afirma Bresser-Pereira,⁸

os fundamentos econômicos de uma política de industrialização em que o Estado, sua burocracia pública e os capitalistas industriais desempenhavam um papel ativo [...].

Para seus intelectuais, apenas através da industrialização e do planejamento seria possível o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos que haviam se tornado independentes no início do século XIX.

O planejamento em todos os níveis passa a ser assumido no Brasil como atividade redentora do subdesenvolvimento, e contradições marcam um período de intensas transformações. Para tanto, o Brasil se estruturou a partir da constituição de órgãos de sistematização de informações, análise de problemas e tomada de decisões, como o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934-1949), a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), e experiências de planejamento, como o Plano Salte (1946-1951) e o Plano de Metas (1956-1961).

No cenário estadual paulista, tanto o setor primário quanto o secundário passam a requerer maior atenção do Estado, forçando o desmembramento, em 1946, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio em Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio e Secretaria da Agricultura.

Os esforços dessa secretaria em direção à industrialização são imbricados em torno da expansão da produção para o mercado interno, na substituição da lavoura do café, no abastecimento da população, no provimento à indústria e na capacitação da força de trabalho. Como parte dessa reformulação, em 1947 é criado o Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (Dema), ao qual competia tarefas de estudos de mecânica agrícola e de irrigação, drenagem e defesa contra inundações, levantamentos topográficos, manutenção de equipamentos, instalação de postos de mecanização, construções para a secretaria, bem como construções rurais para outras secretarias.⁹

A partir de 1950 a Secretaria da Agricultura se insere como órgão-chave em algumas experiências emblemáticas do planejamento regional que ocorreram em São Paulo: o Plano Quadrienal, do Governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), e o Page, do Governador Carvalho Pinto (1959-1963), ambos influenciados indiretamente pelos ideais cepalinos e diretamente pelas ideias de economia humanística introduzidas no Brasil pelo padre Lebrecht, por intermédio da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs). Tanto Garcez como Pinto haviam sido alunos de Lebrecht no curso ministrado na Escola de Sociologia e Política e aproximaram-se dos profissionais das Sagmacs para composição de seus grupos de atuação.¹⁰ Enquanto no Plano Quadrienal gestaram-se planos e diagnósticos conjunturais fundamentais à ação estatal planejada, foi com o Page que as principais ideias germinaram em um conjunto de ações integradas e efetivas.

O Page foi um plano amplo, com metas claras e objetivas que abrangiam toda a administração, atingiam diferentes setores econômicos e balizavam todas as ações políticas. Os recursos destinados à iniciativa, a ordem de Cr\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de cruzeiros), foram divididos em três grandes setores de investimento: expansão agrícola e industrial (27,2%), infraestrutura (42%) e melhoria das condições do homem (30,7%).¹¹ A abrangência e diversidade dos setores atendidos dão a medida da mobilização que o planejamento exigiu de todos os órgãos governamentais e da quantidade de obras físicas em que esses investimentos se converteram. Excetuando a criação dos fundos de expansão agropecuária, da indústria de base e do financiamento das indústrias de bens de produção, além da reserva para participação na grande indústria de base, todos os setores de investimento compreenderam a construção de equipamentos. A extensão dessa atuação indica uma verdadeira reestruturação territorial do Estado, que, somada à articulação das metas físicas, confere caráter ambíguo ao Page em meio ao planejamento econômico e territorial, ainda que uma estrutura clara para tanto não tenha sido implementada.¹²

A orientação política para as obras a serem levadas a cabo pelo plano era mais direcionada às necessidades econômicas do estado do que à construção de marcos pontuais e singulares. O caráter prático e realista do plano era constantemente enfatizado nos discursos oficiais. De especial interesse é o bilhete encaminhado aos secretários do estado:

Srs. secretários: A propósito das construções a serem levadas a efeito na conformidade do Plano de Ação do Governo, renovo as minhas determinações no sentido de não se admitir qualquer luxo ou obras supérfluas, devendo os projetos se pautar em critérios de austeridade e funcionalidade – econômicos, despretensiosos, eficientes.¹³

10. Cf. Chiquito (2011).

11. Cf. São Paulo (1959a).

12. O Page constituiu um grande acervo da arquitetura ainda em descoberta. A definição exata do número de construções é de difícil precisão devido à ausência de um relatório final que listasse as realizações do quadriênio, e em razão das condições, muitas vezes precárias, dos acervos institucionais que abrigam projetos da época, como relatado por Buzzar, Cordido e Simoni (2015). Grande parte do material referente à produção da Secretaria da Agricultura durante o Page foi levantada na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo e no Instituto de Zootecnia de Nova Odessa, materiais complementados pela pesquisa em documentos oficiais, como as mensagens anuais à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, publicadas entre 1959 e 1963, além do texto do próprio Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959a) e do Fundo de Expansão Agropecuário (1959b).

13. Cf. São Paulo (1960, p. 1)

14. Estiveram envolvidos centenas de arquitetos de diferentes gerações, nacionalidades e formações, como Abelardo de Souza, Abrahão Sanovicz, Afonso Eduardo Reidy, Alfredo Paesani, Carlos Barja Millan, Carlos Lemos, Elisário Cunha Bahiana, Fabio Moura Pentead, Francisco Petracco, Giancarlo Gasperini, Giancarlo Palanti, Gregório Zolko, Icaro de Castro Mello, João Clodomiro de Abreu, João Batista Vilanova Artigas, Jorge Wilhelm, Oswaldo Correa Gonçalves, Paulo Mendes da Rocha, Pedro Paulo de Melo Saraiwa, Plínio Crocce, Salvador Candia, Ubirajara Gonçalves Gilioli, Victor Reif, entre outros. Cf. Camargo (2016).

15. Cf. Buzzar, Cordido e Simoni, *op. cit.*

16. Cf. Alves (2007).

Para suprir a demanda de obras, foram contratados arquitetos da iniciativa privada por meio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), além dos próprios escritórios técnicos do Estado, como o DOP e o Dema, reorganizados com a contratação de novos profissionais e a atualização de seus *modus operandi*. Esses arquitetos externos ao serviço público foram contratados mediante um acordo com o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo (IAB-SP), para desenvolver projetos de escolas, edifícios universitários, fóruns, postos de saúde e hospitais, constituindo um importante laboratório de experimentações de profissionais. Muitas dessas obras se tornaram paradigmáticas da arquitetura moderna brasileira, como os Ginásios de Itanhaém, Guarulhos e Utinga, os Fóruns de Avaré, Araras e Itapira, e o prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Cidade Universitária.¹⁴ Ao mesmo tempo que se promovia o ideal desenvolvimentista, a superação do atraso e a industrialização, atentava-se à superação das desigualdades regionais, à “melhoria das condições do homem” e das questões sociais.

A iniciativa foi tomada pelos arquitetos paulistas como uma oportunidade para efetivamente estabelecer uma nova espacialidade relacionada a uma modernização por vias sociais, que já era ensaiada pela arquitetura brasileira, mas nunca havia adquirido grande concretude por meio de projetos públicos.¹⁵ O programa social como planejamento estatal convertia-se em uma proposta estética, afirmativa e até radical, levada a cabo por um grupo de arquitetos que soube utilizar a oportunidade como meio de afirmação da linguagem moderna, e de uma espacialidade que privilegiava a vida pública e coletiva e que ficou conhecida como Escola Paulista. Contudo, mesmo entre os profissionais filiados aos princípios modernos, verifica-se uma diversidade de produção, de Salvador Candia e daqueles ligados à loja Branco & Preto: Plínio Croce, Roberto Aflalo e Carlos Millan exploravam a relação com a tradição, cujos projetos mantinham uma preocupação com as implicações culturais, especialmente sua relação com o lugar.¹⁶

Apesar de uma produção acadêmica já reconhecida sobre o Page, há uma face ainda pouco explorada: os investimentos no desenvolvimento econômico, que somam 69,2% do total de recursos totais. Trata-se de iniciativas de promoção das infraestruturas requeridas pelo processo de industrialização, isto é, a instrumentalização do espaço paulista para o avanço produtivo. Diferentemente do desenho programático e simbólico da produção relacionada aos setores sociais, as obras para esses setores produtivos são resolvidas no âmbito do pragmatismo, enquanto pontos nodais de redes de infraestruturação. Pela característica de seus programas, de modo geral, historicamente mais afeitos à engenharia, como usinas hidrelétricas, pontes, silos, postos de sementes e armazéns, e que deveriam atender às orientações gerais de economia e racionalidade por parte de Carvalho Pinto, essas obras foram elaboradas segundo outras perspectivas. Esse cenário consolidou o caminho para um desenho moderno que associa a funcionalidade e a economia aos aspectos estéticos, de

maneira pragmática, sem a pretensão de constituir marcos arquitetônicos, como se constatou pela produção da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

A AGRICULTURA E O PLANO

A Secretaria da Agricultura consolidou com o Page sua atuação enquanto agente modernizador e reestruturou seus modos de operação, promovendo a infraestruturação produtiva e territorial mediante desenhos modernos.

Em meados da década de 1950, a agricultura paulista passava por uma transição, frente às questões prementes da necessidade de abastecimento das cidades em crescimento: a escassez de terras novas para cultivo e de mão de obra qualificada para o trabalho e o declínio comercial do café.¹⁷ Inserido no contexto modernizador do plano, o principal objetivo do programa traçado para o setor era “industrializar” a agricultura. Vislumbrava-se um crescimento lado a lado com a indústria, no sentido da modernização dos meios de produção, da qualificação da mão de obra, da diversificação das culturas e da infraestruturação do processo produtivo, “absorvendo” e unificando as terras do interior paulista num todo eficiente. José Bonifácio Coutinho Nogueira, jovem de apenas 35 anos, advogado, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, agroindustrial do açúcar e adepto das modernas técnicas de racionalização de cultivo e criação, foi o escolhido de Carvalho Pinto para assumir a pasta. Seu perfil técnico, além de seu espírito jovem e empreendedor, estava de acordo com o que o governador objetivava.

Ao todo foram detalhados dez objetivos para o setor agrícola, que somavam 13% dos investimentos totais delegados ao Page, e que podem ser divididos entre o fomento, a mecanização, o abastecimento e armazenamento e o ensino e a pesquisa, além da proposição de uma revisão agrária, que adquirira características de questão técnica, mais que social, uma vez que a ideia básica, e não muito detalhada, era controlar a concentração de terras e fomentar a produtividade por meio de um sistema de taxação progressiva, para incrementar a produção de alimentos, abastecer as principais cidades industriais e combater a improdutividade.¹⁸

Os investimentos converteram-se num universo de mais de 450 obras, construídas entre 1959 e 1963.¹⁹ Apesar do termo “redes” não ter sido usado de forma oficial na produção da Secretaria da Agricultura, a existência de um planejamento sistemático, a interdependência entre os programas e os objetos construídos, bem como sua hierarquização, e a possibilidade de agrupamento das intervenções em grupos programáticos tornam adequada a leitura dessa produção enquanto redes infraestruturais. Estruturadas em quatro blocos, as redes repercutiam os pontos essenciais de aplicação do Page na Secretaria da Agricultura: rede de pesquisa e ensino, rede de fomento agrícola, rede de armazenamento e

17. Cf. São Paulo (1959b).

18. Cf. Tolentino (2011).

19. Devido à falta de um relatório oficial final referente às realizações do Page e, em muitos casos, à divergência de informações entre as Mensagens Anuais à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, é difícil precisar o número exato de obras realizadas no setor da agricultura entre 1959 e 1963. Ao todo foram sistematizadas 450 obras relacionadas à atuação da Secretaria da Agricultura e ao Page, organizadas de acordo com seu tipo, localização, ano de execução, órgão responsável pelo projeto e padronização do projeto. Optou-se por excluir deste levantamento as obras complementares, como casas rurais, estábulos e anexos a complexos existentes, de modo a abranger somente aquelas construções pertencentes ao programa instituído pelo Page.

20. Como o próprio profissional relata, em entrevista realizada pela arquiteta e urbanista Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido, do Grupo de Pesquisa ArtArqBr, em 2013. Nascido em 1929, Castelo Branco formou-se pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie em 1955, foi professor da FAU-USP por um breve período e entre 1959 e 1963 chefiou o setor de projetos do Dema. Em 10 de Agosto de 1961 foi eleito membro do Conselho Diretor do IAB-SP para o biênio de 1961-1963 junto com Joaquim Guedes, Alfredo Peasini e Marlene Picarelli, dentre outros, como ressalta a publicação na edição 24 da *Revista Módulo* de 1961.

21. Antônio Gomes Barreiros e José Eduardo de Mendonça aparecem com frequência no levantamento das pranchas de projetos da Secretaria da Agricultura entre 1959 e 1963. Conforme levantamento realizado por Marcel Mendes (2017) nos anuários da Escola de Engenharia Mackenzie, A.G. Barreiros formou-se engenheiro-arquiteto em 1920 por essa instituição e, de acordo com relato de seu neto, Marcio Barreiros, atuou em projetos como a Biblioteca Municipal de São Paulo, o túnel Nove de Julho e a Bolsa do Café, trabalhando pela Companhia Construtora de Santos. Durante o Page, atuava com o Dema e era responsável por projetos de casas da lavoura, delegacias e chefias de extensão agrícola. Quanto a Mendonça, a pesquisa indica que o arquiteto aparece como projetista da Secretaria da Agricultura somente durante o Page, assinando projetos importantes, como projetos-padrão para casas da lavoura e para as chefias agrícolas de Itapetininga, Pindamonhangaba

abastecimento e rede de mecanização agrícola. Cada uma dessas redes reúne intervenções de um mesmo tipo, geralmente a partir de um projeto padronizado e de algum complexo de grande porte construído nas principais cidades do estado. Essas obras adquiriram caráter infraestrutural e serviram de base para as décadas futuras de desenvolvimento das atividades agrícolas no estado de São Paulo. A maior parte delas ainda segue em uso pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, como as casas da lavoura, atuais casas da agricultura; o Centro de Abastecimento da Capital, com os silos e armazéns; o Centro de Nutrição Animal, atual Instituto de Zootecnia (IZ) de Nova Odessa; o Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) e o Centro de Mecânica de Jundiaí, atualmente ligados ao Instituto Agrônomo; e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), criada em 1967 em substituição à Divisão de Assistência Técnica Especializada (Date), ocupando seu prédio em Campinas e que atualmente coordena todas as casas da agricultura em funcionamento.

Com a disseminação de nós pelo território paulista foi possível atingir mais de 300 municípios do interior, integrando-os num todo coerente. Com tal base de apoio, os avanços técnicos poderiam chegar aos agricultores das pequenas cidades, repercutindo na produtividade de todo o estado. Esse avanço da infraestrutura no interior vinha acompanhado da interiorização e descentralização das instituições ligadas à agricultura, constituindo um importante núcleo em Campinas, cidade de origem do secretário Coutinho Nogueira.

Enquanto os projetos de outros setores de investimento do plano foram feitos predominantemente por arquitetos contratados, a Secretaria da Agricultura reaparelhou o Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (Dema), mantendo a responsabilidade pelos desenhos requeridos pelo programa. Se até 1959 sua seção de projetos era majoritariamente ocupada por engenheiros e desenhistas, a partir do Page houve uma pequena reformulação, com a admissão do arquiteto-chefe Bernardo José de Castelo Branco.²⁰ Dentre outros profissionais do Dema estavam Antônio Gomes Barreiros e José Eduardo de Mendonça,²¹ responsáveis por desenhos de casas da lavoura, delegacias e chefias de extensão agrícola, e desenhistas de longa data, como Aurélio Bruno Cocchianovich e Nelson Person.²² Se, de um lado, esses profissionais atuaram no desenho de polos operacionais e administrativos de projeto singular e de clara filiação moderna, atuaram também, de outro, no desenho de projetos padrão, que representaram 68% do total de obras promovidas pela Secretaria da Agricultura durante o Page, e eram direcionados a construções de menor porte, que se repetiam em diversas cidades do interior, constituindo as redes programáticas.

A estratégia dos projetos-padrão, abandonada em grande medida na construção de escolas, fóruns e postos de saúde, foi adotada sem restrições na agricultura.²³ Em vez de representar uma estagnação, a adoção de padrões garantia, além de maior controle construtivo e econômico, a possibilidade de execução de

tão grande número de projetos pelos profissionais do Dema. Dentre esses desenhos estão as 28 Escolas de Iniciação Agrícola, que, seguindo o mesmo princípio das antigas Escolas Práticas da Agricultura, destinavam-se ao ensino técnico dos filhos dos lavradores, com vistas à formação de uma mão de obra qualificada e mais produtiva, de acordo com as exigências do desenvolvimento industrial. Porém, em oposição à monumentalidade e à presença marcante das edificações do Estado Novo, as novas escolas apresentam feições bastante convencionais, com planta retangular em alvenaria rebocada e telhado aparente em quatro águas.

Outra tipologia que tomou partido de projetos-padrão foram os silos, que faziam parte de uma rede de armazenamento e abastecimento junto a armazéns, além do novo Centro de Abastecimento da Capital (Ceasa). Esses edifícios representavam um salto de modernidade para agricultura paulista; primeiro porque proviam a produção de uma rede de armazenagem integrada às infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, agilizando o processo de transporte e comercialização dos produtos agrícolas; segundo, foram os primeiros silos de concreto a serem construídos pelo Estado. Ao todo, entre 1959 e 1963, foram construídos sete silos-modelo, com capacidade para 5 mil toneladas de armazenamento, um silo para 10 mil toneladas e outro para 20 mil toneladas – o Silo Jaguaré, na capital. O projeto-padrão para as unidades de 5 mil toneladas foi construído em Avaré, Barretos, Ituverava, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araraquara e Ribeirão Preto.

As construções mais representativas do programa para agricultura são aquelas que compõem a rede de fomento agrícola: 304 casas da lavoura, 26 delegacias regionais agrícolas e 14 chefias de extensão agrícolas, além de sedes administrativas que compõem um conjunto em Campinas (Figura 1). As casas da lavoura foram criadas ainda durante o Estado Novo com o objetivo de fomentar a constituição de um novo trabalhador rural brasileiro, cuja linguagem neocolonial adotada era sintomática dessa política dentro do Estado centralizador e nacionalista. Em conjunto com as delegacias regionais e chefias agrícolas, a partir de 1959 elas passaram a formar um sistema hierarquizado de apoio técnico, administração, e difusão de tecnologias modernas desenvolvidas e aprimoradas pelos centros de pesquisa e tecnologia da agricultura paulista, como o Instituto Agrônomo, o Instituto de Botânica, o Centro de Nutrição Animal e o Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia de Alimentos. Indicativo do ambicioso número de obras almejadas e do pragmatismo das metas traçadas é o dado de que, das 304 novas casas da lavoura, 268, ou 84%, foram feitas de acordo com quatro projetos-padrão desenvolvidos pelos arquitetos do Dema. O programa desses edifícios era geralmente dividido em dois blocos: um principal, que concentra as salas de trabalho e atendimento, implantado em paralelo às vias de acesso; e um anexo para garagem e depósito, ripado de mudas e implantado como uma edícula nos fundos dos lotes. O projeto-padrão número 1 (Figura 2), desenvolvido por Bernardo Castelo Branco, foi o mais reproduzido. Sua volumetria simples se assemelha às

e Araçatuba, além das delegacias regionais agrícolas de Barretos, Itapeva e Botucatu. No entanto, nenhuma informação biográfica foi levantada pela pesquisa a respeito desse profissional.

22. Cocchianovich foi desenhista do Dema da década de 1930, quando sua atividade começa a ser registrada em desenhos da Secretaria da Agricultura, até 1964, quando sua aposentadoria é comunicada no *Diário Oficial*. Nesse período ele elaborou projetos para as Escolas Práticas da Agricultura Fernando Costa (Pirassununga), Carlos Botelho (Itapetininga) e Paulo de Lima Correia (Guaratininguetá), como levantado por Al Asaal (2008), dentre outros projetos ecléticos e neocoloniais na década de 1940, e para o Centro de Nutrição Animal de 1960, além de diversos outros projetos menores, como galpões e casas rurais presentes no acervo da Secretaria da Agricultura. Já Nelson Person é nomeado desenhista em outubro de 1946, conforme *Diário Oficial* de 6 de novembro do mesmo ano. O profissional aparece no acervo da secretaria como desenhista de projetos diversos até 1959, como residência para o Horto Florestal em 1947 e galinheiro para quinhentas aves em 1956.

23. Os projetos-padrão permaneceram durante o Page na produção de fóruns, por exemplo, como mostra a pesquisa de Tereza Cordido (2007). No entanto, eram vistos como uma irracionalidade e foram eclipsados pelos projetos específicos desenvolvidos por escritórios contratados, como relata Plínio Sampaio (2007): “Como eu andava com os arquitetos, eles chegavam para mim e diziam: – Olha, Plínio, isso é uma irracionalidade. O que gasta para

preencher o terreno ou tirar o terreno, você gasta num bom projeto que rompe esse modelo; aproveita o terreno e com qualidade muito melhor, em sóis melhores, a insolação é bem-feita. Bom, eu não era um sujeito inculto, eu entendia e dizia 'sem dúvida, como que é isso?'. Aí que eu fiquei sabendo que era um padrão. 'Não, não, vamos mudar esse negócio, pode mudar'. Aí eu joguei os engenheiros nos departamentos, os arquitetos, eles conseguiram mudar." Por outro lado, na Secretaria da Agricultura tais modelos eram assumidos e desejáveis, num programa mais pragmático de infraestrutura territorial.

casas do interior paulista que geralmente cercam essas edificações. A construção é baseada em técnicas e materiais tradicionais e baratos: paredes portantes em alvenaria, pintadas de branco ou revestidas de tijolos à vista; laje-forro sob a cobertura em telhas de barro, do tipo paulista; esquadrias azuis de ferro e vidro; e lambri de madeira, que reveste a viga sob o pórtico de acesso.

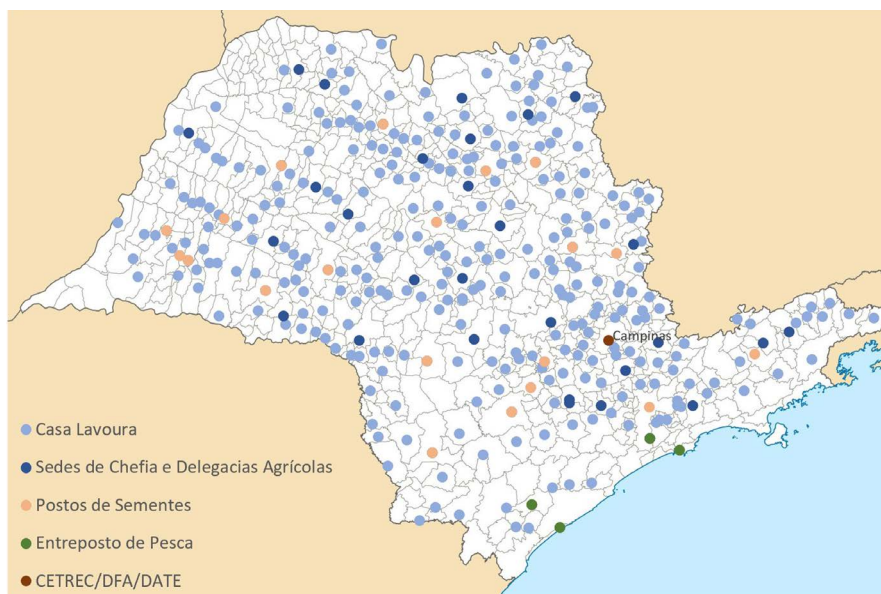


Figura 1 – Mapa de implantação da rede de fomento agrícola, com a “pulverização” de projetos-padrão. Fonte: Elaborada por Gabriel D. Aguiar (2023).



Figura 2 – Projeto-padrão n. 1, na casa da lavoura de Conchas, São Paulo, em 1960. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os modelos 2 e 3 são variações do tipo 1, com diferenças respectivamente na orientação e na dimensão do bloco principal. Já o projeto-padrão 4, desenhado por José Eduardo de Mendonça, tem uma nova organização em “L” e foi implantado perpendicularmente à rua, sendo circundado por jardins. A planta se estrutura em três setores: social, trabalho e serviço. A técnica construtiva é a mesma dos outros padrões, exceto pelo uso de alguns materiais, como a telha em fibrocimento, que permite a pouca inclinação do telhado, diminuindo seu protagonismo na composição; o uso de esquadrias amplas de ferro, vidro e grelhas superiores de ventilação, conformando planos envidraçados entre os pilares aparentes na fachada; e a diferenciação de alguns planos com revestimento em pedra, demarcando o acesso e a circulação. A volumetria mais fragmentada é acentuada pelo deslocamento dos avanços das paredes em relação aos planos de vedação, reforçada pela estrutura aparente na fachada e pelo arremate do telhado perpendicular ao acesso principal, com um plano opaco em alvenaria que se destaca (Figura 3). Ainda que esse desenho mantenha as características de pragmatismo e economia no aproveitamento dos espaços, no uso de técnicas comuns e materiais baratos, ele consegue se distanciar da tradição construtiva acadêmica e mesmo popular ao conceber uma planta menos regular e simétrica, ao propor espaços mais integrados e ao marcar claramente a estrutura na composição volumétrica.

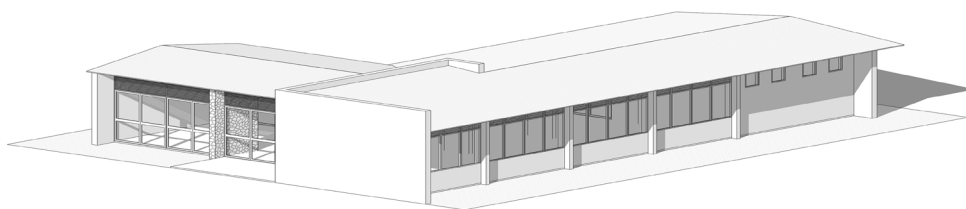


Figura 3 – Projeto-padrão n. 4 para casa da lavoura. Fonte: Redesenho de Gabriel D. Aguiar.

Os projetos das casas da lavoura ganham maior desenvoltura quando os mesmos arquitetos do Dema realizam desenhos específicos para determinadas cidades do interior. Ainda que discreto, em tais edifícios é possível observar certo esforço na assimilação da linguagem modernista corrente, com volumes simples, estrutura evidente e maior transparência. Ao todo foram identificados 34 projetos com desenhos específicos. Dentre eles o que mais se vincula aos princípios modernos paradigmáticos é o do arquiteto Samuel Szpigel²⁴ para a casa da lavoura de São Carlos (Figura 4). A forma do edifício provém de sua solução estrutural, dada por um pórtico em concreto aparente conformado pela laje de cobertura e por empenas laterais de desenho

24. Mais conhecido pelo seu trabalho como artista plástico, Samuel Szpigel nasceu no Rio de Janeiro em 1936 e mudou-se para São Paulo já na década de 1940, onde se formou em arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, na qual lecionou posteriormente. Recém-egresso, um levantamento no *Diário Oficial do Estado* indica que Szpigel trabalhou por cerca de um ano na Secretaria da Agricultura.

trapezoidal. Esse pórtico é complementado por pilares internos regularmente espaçados que ditam as dimensões dos ambientes. Os fechamentos são em alvenaria branca, e as esquadrias de vidro são padronizadas entre os módulos estruturais. O volume é coroado por uma caixa d'água que se ergue no prolongamento de um dos pilares internos, lembrando as soluções das escolas e fóruns de Artigas e Cascaldi e Mendes da Rocha. Sintomático de seu caráter moderno e inovador é o dado de que o projeto foi publicado na *Revista Acrópole* em dezembro de 1965 e premiado em primeiro lugar no XI Salão Paulista de Arte Moderna, em 1962.

A imagem de modernidade, seja pela solução estética, seja pelas técnicas construtivas empregadas, foi explorada de modo mais extenso e intenso pelos arquitetos do Dema nos projetos para as delegacias regionais agrícolas e chefias de extensão agrícola, compondo, com as casas da lavoura, um relevante acervo arquitetônico (Figura 5). Esses edifícios eram sedes regionais de administração da extensa rede de fomento, situados em amplos terrenos centrais das maiores cidades do interior. Com mais recursos para sua execução, os arquitetos se valeram, sem constrangimento, do repertório moderno: prismas, lâminas, planos de vidro, platibandas e brise-soleils. A atenção aos detalhes nesses projetos é reveladora de seu apurado desenho e do significativo desenvolvimento plástico em relação aos projetos-padrão.

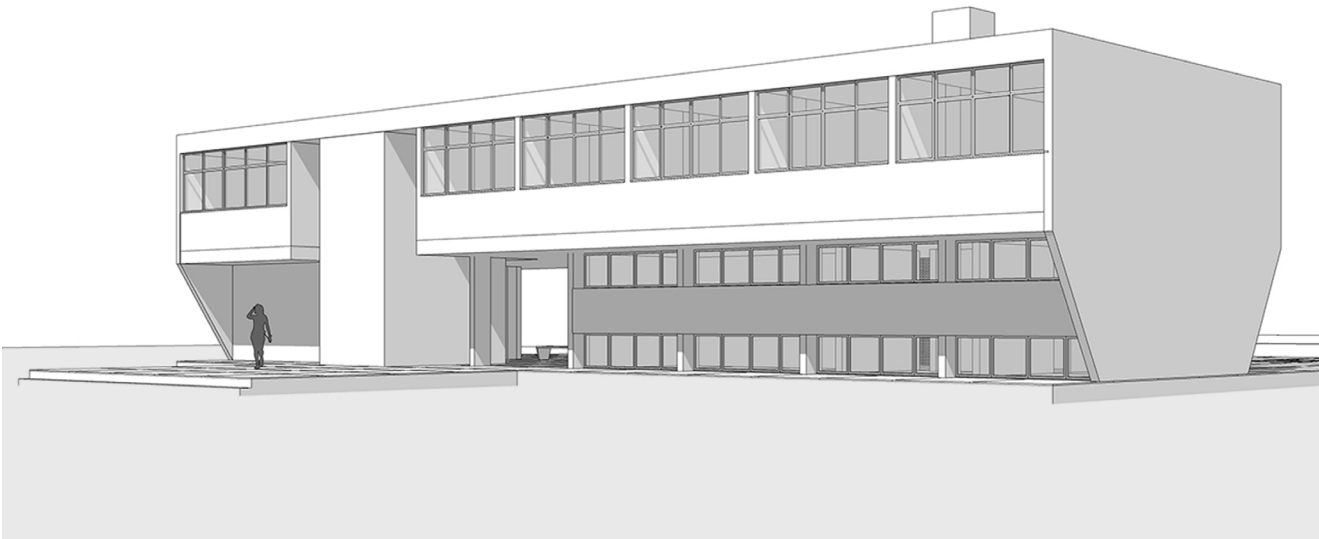


Figura 4 – Casa da lavoura de São Carlos, São Paulo; projeto de Samuel Szpigel. Fonte: Redesenho de Gabriel D. Aguiar.

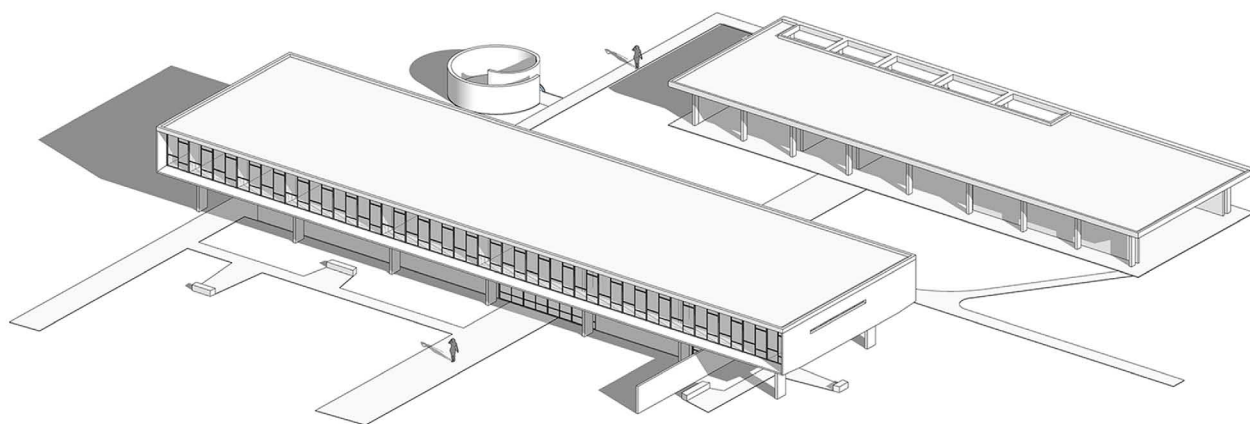


Figura 5 – Chefia de extensão agrícola de Itapetininga; projeto de José Eduardo de Mendonça. Fonte: Redesenho de Gabriel D. Aguiar.

Os desenhos especiais eram enfatizados, sobretudo, na construção dos polos de cada rede de infraestrutura. Eram edifícios situados em condições urbanas singulares, nos centros mais importantes do estado, como Campinas e São Paulo, e que, seja pela maior complexidade programática, seja por seu caráter institucional, requeriam uma imagem de maior destaque. Bastante representativo desse papel e simbólico do plano de “interiorização” da administração é o conjunto Date-Cetrec, construído em terreno de aproximadamente 13 mil metros quadrados entre as avenidas Brasil e Dr. Theodureto de Almeida Camargo, em Campinas, que abrigava, como uma pequena cidade administrativa, a estrutura física dos principais órgãos governamentais relacionados à rede de fomento, como a Divisão de Assistência Técnica Especializada (Date), criada em 1958 para reunir técnicos capazes de orientar e treinar os profissionais ligados à rede de fomento da agricultura paulista,²⁵ o Departamento de Fomento Agrícola (DFA), que coordenava essa rede, o Centro de Treinamento de Agrônomos (Cetrec), destinado à capacitação técnica de agrônomos do estado e a nova sede da Divisão de Conservação do Solo (DCS-Dema), além de garagens da rede de mecanização agrícola.

Os projetos dos edifícios foram feitos por Bernardo Castelo Branco e Mario Guzmán Táppia.²⁶ São edifícios de formas prismáticas, que abrigavam salas de estudo e de trabalho cujos principais pontos da estética moderna foram explorados de diferentes maneiras: o edifício-lâmina sobre pilotis no Date, a volumetria pura que intercala fachadas envidraçadas e empenas brancas que cercam o pátio interno no

25. Cf. Martins, *op. cit.*

26. A coautoria de Mario Guzmán Táppia é relatada na publicação que apresenta o projeto na *Revista Acrópole* de julho de 1964, n. 308, página 25. Os desenhos originais dos edifícios Date e Cetrec de Campinas não foram identificados e não foi encontrada qualquer outra referência a esse profissional em documentos da Secretaria da Agricultura ou em outros projetos levantados pela pesquisa.

Cetrec (Figura 6), a relação harmoniosa entre volumes de geometria equilibrada ligados por um eixo de circulação na DCS-Dema. As lajes planas, as faces envidraçadas, o brise-soleil e a manipulação topográfica atestam a modernidade de suas soluções e a desenvoltura dos arquitetos da Secretaria da Agricultura que, se por um lado promoviam desenhos singelos, lançando mão de técnicas e materiais convencionais em projetos-padrão, concomitantemente desenvolviam com desenvoltura o repertório da arquitetura corrente, mesmo que os arranjos espaciais permanecessem rígidos e pragmaticamente controlados. Grande parte dos prédios desse conjunto ainda está em uso, tendo sofrido várias intervenções ao longo do tempo.



Figura 6 – Fachada do Cetrec vista a partir da praça de acesso. Fotografia de Gabriel D. Aguiar.

Do inventário de obras do Page dois projetos chamam a atenção por serem os únicos com autoria atribuída a dois arquitetos de fora do quadro técnico da Secretaria da Agricultura: a nova sede do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e o Mercado Livre do Produtor, no Ceasa, polos das redes de ensino e pesquisa, e armazenamento e abastecimento, respectivamente, e que nesse cenário adquirem desenhos especiais de estética singular.

O IAC foi criado em 1892 com a passagem da Imperial Estação Agronômica (1887) para os domínios do estado de São Paulo. Seu objetivo principal era promover pesquisas relacionadas à agricultura racional, experiências em questões agrícolas e zootécnicas e instrução prática aos agricultores,²⁷ sendo um dos agentes mais importantes na promoção do desenvolvimento da agricultura paulista durante décadas. Em sua sede principal, adquirida do barão de Itapura, a instituição abrigou, e ainda abriga, estufas, prédios de pesquisa e a administração. Se até a década de 1960 seus

principais edifícios ostentaram sua modernidade por meio de desenhos ecléticos e neoclássicos, em 1959, com o Page, começaram os preparativos para a construção de uma nova sede administrativa de traços bastante diferentes, que abrigaria diretoria, salas trabalho, salão expositivo, auditório e biblioteca, no mesmo terreno central do IAC. A autoria do projeto é do arquiteto francês Raymond Albert Jehlen, que, nascido em 1911, emigrou para o Brasil em 1948 em virtude da Segunda Guerra Mundial.²⁸

O programa se desenvolve num volume principal de três pavimentos em vidro e mais três anexos, que abrigam biblioteca, auditório e um setor técnico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta). A estrutura desse bloco principal é composta por 22 eixos estruturais de pilares externos e internos em sequência linear. Os pilares externos são contínuos na fachada e dão a identidade desse edifício; já a estrutura interna encontra-se em boa parte oculta pelas paredes divisórias nos pavimentos superiores. Uma sequência de pórticos faz a transição da carga desses pilares para as robustas colunas no perímetro do térreo, conformando com os pilares externos uma galeria externa de circulação, que é protegida por uma marquise (Figura 7).



Figura 7 – Sede do Instituto Agrônomo de Campinas. Fotografia de Gabriel D. Aguiar.

A exploração plástica da estrutura, o desenho dinâmico das esquadrias e o uso de revestimentos nobres diferenciam esse edifício do conjunto produzido pela Secretaria da Agricultura durante o , além de acentuarem a excepcionalidade desse prédio para o IAC como um importante centro administrativo e tecnológico da

28. A pesquisa nos acervos da FAU-USP, nos registros de imigração da Biblioteca Nacional e no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* indica que, no Brasil, Raymond Jehlen atuou em parceria com outros profissionais, principalmente com Hernani do Val Penteado, diretor da DOP de 1937 até fins da década de 1968. Em parceria, ambos realizaram o projeto para o Aeroporto de Congonhas (1949), para o Hospital das Clínicas de São José do Rio Preto (1954) e para Hospital Infantil de Londrina (1957), todos constantes dos acervos da FAU-USP, com autoria atribuída ao Escritório de Arquitetura e Construção Penteado & Jehlen. Os desenhos originais do projeto não foram identificados nos acervos pesquisados, bem como na biblioteca do IAC. A referência à autoria de Jehlen está na Carta Periódica aos Técnicos do Instituto Agrônomo, ano 1, n. 2, 1963, e o edifício, conhecido hoje como Prédio “Alcides Carvalho”, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, pela Resolução nº 149, de 23 de junho de 2016, dada sua importância “arquitetônica, artística e histórica”.

29. São Paulo (1962, p. 1).

30. Martins, *op. cit.*, p. 402.

31. Entre 1957 e 1960 Figueiredo Ferraz foi secretário de obras da prefeitura de São Paulo, e entre 1958 e 1959 foi diretor de serviços de engenharia da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo. Em entrevista aos pesquisadores Rafael Perrone, Maria Pisani e Rafael Schmidt, o engenheiro João Antônio Del Nero, colaborador de Figueiredo Ferraz à época, afirma que um membro “talentoso” do escritório realizou um esboço que foi posteriormente desenvolvido pela equipe. As informações sobre a equipe a quem coube o projeto dentro do escritório no período em que foi realizado não são devidamente reconhecidas. As pranchas de desenho do MLP, sem qualquer identificação de autoria, levam a crer que foi um projeto desenvolvido por seu escritório, sem a coordenação de um arquiteto.

agricultura paulista. O destaque das linhas verticais sequenciais nas fachadas, o desenho da marquise que se alonga sinalizando o acesso e as linhas horizontais contínuas dos brises que protegem as aberturas dos blocos anexos evocam uma aura de respeitabilidade e uma presença afirmativa do edifício na cidade.

O Ceasa da capital, atual Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), por sua vez, é um conjunto de grande relevância histórica e programática, mas raramente conectado pela historiografia ao programa de obras do Page. Associado aos silos e armazéns, esse centro funcionava como um terminal da rede e representava um salto de modernidade para a agricultura paulista. O conjunto foi o primeiro do tipo na América Latina e um dos primeiros no mundo, servindo de modelo para os novos centros de abastecimento. Sintomático de sua inovação é sua inclusão ao lado da Cidade Universitária e da Usina Hidroelétrica de Urubupungá, principais pontos de uma exposição das ações do governo paulista em Paris, feita a convite do diretor da Casa do Brasil na Cidade Universitária daquela cidade.²⁹

A obra foi iniciada em 1962 e finalizada em 1966, em terreno de 503 mil metros quadrados. Tal como os grandes mercados cobertos, o Ceagesp é organizado em pavilhões especializados, conectados por ruas em malha ortogonal. Há armazéns hortifrutícolas, restaurante, oficina e garagem, lojas e escritórios, frigoríficos, mercado de flores e o grande silo para 20 mil toneladas. No centro do conjunto encontra-se o Mercado Livre do Produtor (MLP), “uma das grandes inovações introduzidas pelo Ceasa no mecanismo de comercialização, permitia o acesso do produtor ao mercado sem maiores problemas”³⁰. Além de seu programa inovador, a qualidade dos desenhos para o pavilhão se sobressai na produção da Secretaria da Agricultura. Em 1961 o engenheiro-arquiteto Hernani do Val Penteado, que fazia parte do quadro técnico da DOP, realizou três estudos preliminares, porém o projeto realmente construído foi realizado pelo Escritório Técnico de Figueiredo Ferraz, em 1962.³¹ Os estudos 1 e 2 de Val Penteado mostravam variações de tipologias de mercados e hangares, com grandes pavilhões encerrados e conformados pela sucessão de pórticos estruturais. Já o estudo 3 (Figura 8) é mais radical na proposta para um amplo espaço aberto, apresentando uma engenhosa solução de módulos espaço-estruturais de concreto, que se interceptam regularmente. A síntese entre espaço, forma e estrutura se manteve no projeto posteriormente concebido por Figueiredo Ferraz, embora de modo menos radical.

O MLP efetivamente construído foi concebido como um pavilhão em concreto de 50 × 360 metros (duplicado na década de 1970) e é essencialmente uma cobertura (Figura 9). Pilares em forma de “Y” espaçados a cada 13 metros apoiam uma viga calha, que, por sua vez, recebe uma laje de concreto plissada e levemente arqueada, vencendo por si só o vão transversal de 36 metros sem a necessidade de tirantes, graças a sua geometria e ao sistema de protensão elaborado pelo escritório de Ferraz. Tal engenhosidade reduz os elementos construtivos ao mínimo, aumentando a impressão

de fluidez e síntese. A sequência de pilares é travada por uma marquise em caixão perdido que vence o vão dos intercolúnios e conforma o abrigo para carga e descarga em toda a extensão do mercado. A parte inferior das marquises é uma laje de superfície curva, adelgada nas pontas, que, pelo seu desenho, faz um contraponto à curva superior da cobertura plissada e à geometria dos apoios, realizando um conjunto harmônico de linhas e formas que chamam a atenção para a estrutura.

Ainda que planos de vidro nos intercolúnios sob a marquise tenham sido previstos no projeto original, a ausência de quaisquer fechamentos no pavilhão construído aumenta ainda mais a radicalidade dessas soluções, conferindo-lhe um caráter ambíguo entre a “cobertura” e o “edifício”, ou entre a arquitetura e a infraestrutura.

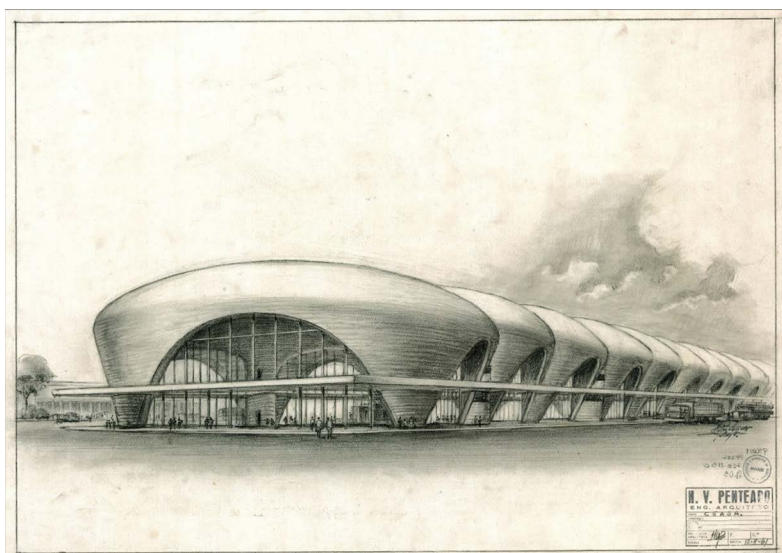


Figura 8 – Croqui do estudo 3 de Hernani do Val Penteado para o Ceasa. Fonte: Acervo da Biblioteca da FAU-USP.



Figura 9 – Interior do Pavilhão MLP. Fotografia de Gabriel D. Aguiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Page constitui um precioso acervo de obras modernas ainda em descoberta. Por um lado, o modernismo era introduzido na produção estatal paulista a partir da contratação de arquitetos da iniciativa privada e da promoção de um desenho conceitualmente engajado, com soluções técnicas e estéticas de vanguarda. Por outro, na Secretaria da Agricultura, sua entrada se dava por uma via menos grandiosa. Mediante o pragmatismo referente à economia e à funcionalidade, surgem na trajetória desse órgão desenhos com um cuidadoso controle do programa distribuído em planta, formas contidas e ausência de elementos decorativos supérfluos, que, por vezes, ensaiam elementos do repertório modernista corrente; são edifícios que se empenham na produção de um espaço racionalizado e instrumentalizado para o desenvolvimento econômico e a expansão produtiva que marcam historicamente a atuação da Secretaria da Agricultura, o que aponta para uma dimensão mais ampla da arquitetura, suplantando a ideia de construção de um objeto no espaço em prol da construção do próprio território. A arquitetura produzida pela Secretaria da Agricultura, entre 1959 e 1963, foi pautada por um programa geral norteador: a modernização por meio da infraestrutura física da produção agrícola. Os mais de 450 edifícios construídos têm uma dimensão territorial, econômica e social que vai muito além de sua presença material: são verdadeiras infraestruturas, máquinas, suportes e partes de um todo sistêmico e coerente. Esse é o principal ideal moderno contido nessa produção. Muito além da superfície material da arquitetura, a modernidade está inscrita na própria ideia de se moldar o território e produzir um espaço ordenado, homogêneo, racional e hierarquizado para o avanço das forças produtivas. A partir do Page, a política modernizante promovida pela Secretaria da Agricultura deixava de se manifestar pelo desenho de objetos, como nos edifícios ecléticos e neocoloniais, ornamentados e monumentais, para manifestar-se na constituição de redes: sistemas de produção agrícola relacionadas ao fomento, à pesquisa e ao ensino, à mecanização e ao abastecimento.

A pesquisa mostra não uma atuação homogênea, mas uma variedade quantitativa e qualitativa de desenhos gerados por um momento histórico e político singular, cuja orientação foi comprovadamente pragmática, ainda que tal intenção seja por vezes encoberta pela complexidade da arquitetura enquanto fazer ou pelo notável esforço de arquitetos dos quadros técnicos do estado em inserir, nos edifícios mais representativos, aqueles elementos da arquitetura modernista dominantes no campo profissional paulista. Nesse sentido, tanto os edifícios mais simples, de telhas cerâmicas e paredes portantes, construídos nas pequenas cidades do interior alcançadas pelas redes de infraestruturação, como os edifícios com brises, platibandas e panos de vidro,

construídos nos principais polos urbanos, partem de uma mesma orientação, projetados pelos mesmos profissionais e fazem parte de um mesmo sistema de suporte a uma nova agricultura moderna.

SOBRE OS AUTORES

Gabriel Deller de Aguiar

Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com formação complementar na University of Georgia. E-mail: gabrieldeller@usp.br.

Monica Junqueira de Camargo

Doutora e livre-docente pela FAU-USP. Atualmente é professora da mesma instituição, onde desenvolve as linhas de pesquisa “arquitetura e cidade moderna e contemporânea” e “centro de referência da cultura arquitetônica paulista”, com particular interesse pela arquitetura brasileira e pelo patrimônio histórico. E-mail: junqueira.monica@usp.br.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

SÃO PAULO (Estado). *Plano de ação 1959-1963*: administração estadual e desenvolvimento econômico-social. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959a.

SÃO PAULO (Estado). *Fundo de Expansão Agropecuário*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959b.

SÃO PAULO (Estado). Plano de ação não admite luxos ou obras supérfluas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 70, n. 14, p. 21, 19 jan. 1960.

SÃO PAULO (Estado). Aplicação Plano de Ação na Secretaria da Agricultura. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 71, n. 32, p. 2, 9 fev. 1961.

SÃO PAULO (Estado). Exposição do Plano de Ação em Paris. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 72, n. 3, p. 1, 5 jan. 1962.

Livros, artigos e teses

AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian. *Arquitetura, identidade nacional e projetos políticos na ditadura varguista: as Escolas Práticas da Agricultura do estado de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: 10.11606/D.16.2010.tde-27042010-091114.

ALVES, André Augusto de Almeida. *Arquitetura escolar paulista 1959-1962: o Page, o Ipesp e os arquitetos modernos paulistas*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.16.2008.tde-29032010-111636.

BERNARDINI, Sidney Piochi. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.16.2008.tde-16092010-112031.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.

BUZZAR, Miguel Antônio; CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. Plano de Ação (Page), e a Arquitetura Moderna. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 17, p. 1-18, 2020. DOI: 10.24220/2318-0919v17e2020a4127.

BUZZAR, Miguel Antônio; CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros; SIMONI, Lucia Noemia. A arquitetura moderna produzida a partir do plano de ação do governo Carvalho Pinto-Page – (1959/1963). *Revista Arq.Urb*, São Paulo, n. 14, p. 157-170, 2015.

CAMARGO, Monica Junqueira de. Inventário dos bens culturais relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). *Revista CPC*, São Paulo, n. 21, p. 164-203, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p164-203.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011. DOI: 10.11606/T.18.2012.tde-04042013-101944.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. *Arquitetura forense do estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/D.18.2007.tde-28112007-200636.

MARTINS, Zoraide. *Agricultura paulista: uma história maior que 100 anos*. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991.

MENDES, Marcel. O curso de arquitetura da Escola de Engenharia Mackenzie. In: ALVIM, Angélica Tanus Benatti; ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; ABRUNHOSA, Eduardo Castedo (org.). *Arquitetura Mackenzie 100 anos FAU-Mackenzie 70 anos: pionerismo e atualidade*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017. p. 36-74.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo: grandes obras e urbanização*. São Paulo: Edusp, 2010.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O farmer contra o jeca: o projeto de revisão agrária do governo Carvalho Pinto*. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

Artigo apresentado em: 10/04/2023. Aprovado em: 30/11/2023.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License